



DIÁSPORA NEGRA: DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA NO BRASIL

Cláudio São Thiago Cavas¹
Maria Inácia D'Ávila Neto²

Durante a colonização aqui conviviam, brancos, índios e negros, e seus descendentes miscigenados, observados por Darcy Ribeiro, no que ele chamava o processo de *fazimento* da cultura brasileira (Ribeiro, 1995). Apesar da diversidade, não cabia se falar em reconhecimento das diferenças; a “ordem do mundo” colonial obedecia a um critério eurocêntrico - supremacia do colonizador europeu e branco sobre o índio, o negro e os mestiços, e androcêntrico - supremacia do masculino sobre as mulheres-, gerando opressões que se traduziam em racismo, discriminação sexual e social

O negro foi importado da África para o trabalho escravo no Brasil Colonial, durante mais de trezentos anos:

Calculo que o Brasil, no seu “fazimento”, gastou cerca de 12 milhões de negros, desgastados como a principal força de trabalho de tudo o que se produziu aqui (...). Ao fim do período colonial, constituía uma das maiores massas negras do mundo moderno.³

A ausência políticas de inserção social e econômica para afro-descendentes, no período pós-abolição da escravatura, veio agravar as enormes assimetrias, que perduram até os dias de hoje, e que marcam ainda mais as mulheres.

Desde o Brasil - Colônia, as mulheres negras eram utilizadas como mão-de-obra escrava servindo de mucamas e amas de leite, prestando favores sexuais aos seus senhores e ainda hoje perpetuadas em ofícios como cozinheiras, arrumadeiras, faxineiras. Se a abolição da escravatura lhes concedeu a liberdade, dessa liberdade pouco puderam usufruir, uma vez que ser mulher, negra e pobre, já era um estigma que significava: inferioridade, ignorância, subalternidade e ausência de direitos mínimos que assegurasse sua cidadania”. (D'ÁVILA NETO; NAZARETH, 2005).

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2003 do IBGE, as mulheres representam 42,7% da população economicamente ativa (PEA) no Brasil e os negros (de ambos os sexos), 46,4%. As mulheres negras, por sua vez correspondem a 14 milhões de pessoas (18% do PEA), revelando uma dupla discriminação de gênero e raça, em todos os

¹ Prof. Assistente do Instituto de Psicologia da UFRJ. Doutorando em Psicossociologia das Comunidades. EICOS/IP/UFRJ. Contato: claudiocavas@ig.com.br

² Profª. Titular do Instituto de Psicologia da UFRJ. Contato: inadavila@uol.com.br

³ RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro-Formação e Sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 220.



indicadores: educação, mercado de trabalho, renda e pobreza, desenvolvimento humano, sobrevivência e mortalidade, e acesso a alguns bens e serviços.

Os dados mais recentes contidos em duas coletâneas: O Atlas Racial Brasileiro (2004), uma realização do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais, e o Radar Social (2005), do Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea), mostram a extensão das desigualdades entre pessoas brancas e negras, tanto homens quanto mulheres. A questão das mulheres negras e mestiças, nesse contexto, tem sido objeto de inúmeras pesquisas. Olinto, M.T.; Olinto, B. (2000), conduziram uma pesquisa sobre raça e desigualdade entre 2.799 mulheres no sul do Brasil e concluíram que:

As mulheres negras e pardas apresentaram menos escolaridade, renda familiar, piores condições de moradia do que as mulheres brancas. Ao mesmo tempo, usavam menos métodos contraceptivos, tinham mais filhos e apresentavam maior perda fetal do que as mulheres brancas. Chama a atenção que praticamente todos esses resultados apresentaram tendência linear entre as categorias, isto é, à medida que havia um “escurecimento” da pele, piores ficavam as condições sócio-econômicas das mulheres⁴

Mello (2005) desenvolveu uma pesquisa partindo de uma resenha bibliográfica sobre pobreza na literatura sócio-econômica brasileira, com um enfoque de gênero a partir dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2001. Este trabalho tinha como hipótese que fatores de gênero incidem com maior peso na vida das mulheres tornando-as mais vulneráveis à pobreza. A conclusão desta pesquisa foi de que apesar do progresso na redução das desigualdades de gênero ainda permanecem substanciais diferenças entre os sexos, agravadas pela questão racial, fazendo com que a pobreza brasileira tenha um rosto feminino negro.

Os dados estatísticos mostram a situação desfavorável de mulheres afro-descendentes e evidenciam que o mito da democracia racial é uma outra dimensão do racismo criando uma ilusão da harmonia racial, nomeada por Carneiro, (2006), como “conspiração silenciosa”.

Para uma melhor compreensão dessas desigualdades de gênero e raça, devemos buscar os antecedentes históricos que remontam à época da colonização sobre o tráfico de escravos e da diáspora negra. O fenômeno migratório, seja voluntário ou forçado, constitui-se hoje num tema de considerável importância dentro do contexto global.

⁴ OLINTO, M. T. A.; OLINTO, B. A. *Raça e desigualdade entre as mulheres: um exemplo no sul do Brasil*. Cad. Saúde Pública, n. 4, v. 16, Rio de Janeiro, 2000, p. 1.



A globalização, embora tenha se acelerado nas duas últimas décadas pode ser indicada desde o século XV, época das grandes navegações. Em sua pretensão à homogeneização cultural, provoca efeitos diferenciadores que produzem formações subalternas e não suprimem a diferença; ao mesmo tempo em que afirma e recria identidades. Este processo associado à aceleração do fluxo migratório leva às grandes desigualdades. (IANNI, 1996; WOODWARD, 2006; HALL, 2006; BUTLER, 2007; SPIVAK, 2007).

Entre os séculos XVI e XIX, foram importados da África cerca de 4 milhões de escravos africanos oriundos de diversas culturas que aqui foram dispersos por todo o território brasileiro. Chegando ao Brasil, um dos critérios de venda dos negros era a separação de etnias para evitar rebeliões. E coube a esses negros uma grande façanha cultural, que consistia no aprendizado de uma nova língua, o português, que lhes permitia a comunicação com os senhores e com outros negros, de diferentes etnias e linguagens (Ribeiro, 1995). Mas essa “integração” forçada trouxe também a *desafricanização*, como apontava Darcy Ribeiro (1995).

O colonizador mantinha sua representação eurocêntrica e hierarquizada: o Brasil seria povoado por raças inferiores: negro, índio e seus descendentes. Tzevan Todorov (1993) ilustra bem essa idéia quando comenta a atitude de Colombo frente aos nativos, durante a descoberta da América, argumentando que a diferença é sempre traduzida em termos da dicotomia superioridade/inferioridade, sendo os índios sempre inferiores. Para o autor “esta experiência de alteridade se baseia no egocentrismo, na identificação de seus próprios valores com os valores em geral, de seu eu com o universo; na condição que o mundo é um” (p.41). Estas teorias implicam na dicotomia natural/cultural. O europeu colonizador teria assim a missão de educar, civilizar e “branquear”, os negros colonizados para que um dia talvez eles se tornassem humanos.

Como relata Fritz Fanon (1952), considerado um dos inspiradores dos chamados estudo pós-coloniais, em sua obra *Peau noire, masques blancs*, a negação das culturas ditas inferiores é o que os primitiviza. Os ritos de passagem das sociedades africanas eram encaradas pelos colonizadores franceses como magia negra, orgia e erotismo animal. De modo análogo, Said (1978) em sua obra “O Orientalismo”, marco dos estudos pós-coloniais, evidencia através das narrativas dos primeiros viajantes europeus como eles “construíram” o oriente do ponto de vista eurocêntrico.

A analogia entre raça e sexo ocupou um lugar estratégico na teoria científica do século XIX e XX, de modo que o cientista podia usar a diferença racial para explicar a diferença de gênero e vice-versa. Como argumenta Miskolci (2007):

A constituição de raça não se deu a partir de entidades naturais pré-existentes, mas foi resultado do acesso desigual ao poder que criou relações discriminatórias por parte do grupo hegemônico. A designação do outro



como diferente e inferior utilizou vários marcadores ao mesmo tempo, assim, por exemplo, às raças inferiorizadas atribuiu-se uma proximidade de gênero socialmente menos valorizado, o feminino⁵

Esta ideologia justifica a exploração e a dominação dos afro-descendentes quando então são produzidos e reproduzidos estereótipos inferiorizantes, tais como preguiça, indolência, violência e hipersexualidade como apontados por Hall (2006). São pontos de vista essencialistas que estruturam a identidade e a diferença em termos binários, que caracterizam o “Outro” como inferior seja por heranças culturais ou biológicas, quando os excluídos e incluídos são determinados pelo grupo hegemônico: o homem branco D’Ávila Neto (1995) nomeia essas dicotomias como “a lógica da dominação”, quando discute sobre mulheres e desenvolvimento e o que muitas feministas apontam como elementos próprios à “cultura das mulheres”. Crítica as teorias essencialistas que associam as mulheres à natureza em oposição à cultura e aponta suas conseqüências no que diz respeito ao compartilhamento dos poderes econômico, social e político.

Gilberto Freyre, em sua consagrada obra *Casa Grande Senzala* (1933) aponta o sadismo dos senhores de escravos ressaltando também a situação da mulher negra escrava. Foram associadas à luxúria e consideradas “responsáveis” pela depravação da sociedade colonial luso-brasileira, uma vez que iniciavam precocemente rapazes brancos na vida sexual. O autor narra no artigo: “Luxúria – Legado da Escravidão” publicado na “Antologia do Negro Brasileiro” de Edson Carneiro em 1950, que trata da árdua trajetória dos negros no Brasil, a crença que por muito tempo predominou: para o sífilítico não havia melhor remédio do que uma “negrinha” virgem.

No Brasil, se refletirmos sobre a diáspora negra, acompanhando a trajetória da colonização e da escravidão, podemos indicá-las como determinantes para a formação de uma sociedade multicultural e híbrida.

Cabe aqui explicar alguns conceitos dentro do quadro teórico proposto. Stuart Hall (2006) ressalta a importância de diferenciar multicultural do multiculturalismo. A sociedade multicultural é aquela em que diferentes culturas estão interconectadas socialmente, mas preservam características de uma identidade “original”. Já o multiculturalismo seria a forma de administrar sociedades multiculturais e está ligado às demandas de reconhecimento. Dessa forma o multiculturalismo deve ser entendido como um projeto político e epistemológico em relação ao eurocentrismo como o define Shoat (2001), teórica e feminista pós-colonial. Associado a esta linguagem o multiculturalismo pode ser entendido como uma compensação aos efeitos danosos da dominação, cuja maior evidência para Cornell; Murphy (2002) é o racismo.

⁵ MISKOLCI, R.. *Teoria Queer e a Questão das Diferenças*: ou uma analítica da normalização. Texto escrito a partir de palestra proferida pelo autor no 16º COLE - Congresso Brasileiro de Leitura. UNICAMP – 2007^a, p. 17.



Smith (2006), explica que o termo hibridismo era pejorativo em sua origem, utilizado para afirmar a supremacia europeia em relação a outras raças e culturas, perpetuando assim a exclusão de grupos minoritários. Dentro do quadro teórico pós-colonial, o hibridismo é encarado como uma forma de minar o discurso das culturas ditas superiores, evidenciando a apropriação e a reavaliação de culturas minoritárias, afirmando novas identidades e a busca pelo reconhecimento. Esta posição é ratificada por Hall (2006), quando o autor aponta que a hibridização marcou tanto os grupos hegemônicos quanto os subordinados que para Souza (2000) é positivo uma vez que: “Atesta uma atuação da cultura tida como minoritária e evidencia uma fragilidade na cultura hegemônica”. (p.22)

Paul Gilroy (1993), outro teórico dos estudos culturais, lembra que o termo diáspora foi importado do pensamento judeu para o vocabulário de estudos negros pelas comunalidades dos temas que dizem respeito aos dois povos, ou seja, dispersão, exílio e escravidão, ressaltando a importância do conceito em relação à afirmação da identidade étnica e da diferença. Grupos étnicos podem reagir à falta de reconhecimento por movimentos religiosos apelando a mitos de origem como uma forma de lidar com a fragmentação do presente. As identidades vão se reconfigurando em função de condições sócio-históricas, apelando à um “passado perdido”. (WOODWARD, 2006). No Brasil, um movimento de afirmação de identidade afro-brasileira foi a formação do candomblé, no qual as mulheres negras (re) criando a África imaginada têm grande importância na figura das mães-de-santo. Como propõe a pesquisadora Carmem Opirari(2004) em seu trabalho sobre o Candomblé:

Esta desterritorialização radical-geográfica, sociocultural existencial das aldeias da África deu lugar à reterritorializações muito criativas “(...) Esta recomposição dos territórios existenciais subjetivos trouxe processos de fabricação cultural de um grande diversidade, um verdadeiro trabalho de produção de subjetividades criativas de formas heterogêneas de existir⁶

Smith (2006) coloca que a diáspora é um sentimento ambivalente, por um lado ligado ao território de origem e por outro ao exílio. Dessa forma, as práticas culturais não são ligadas a um lugar, são práticas desterritorializadas, e é justamente essa mobilidade e fluidez que são importantes hoje, porque se tornam um ato político nas quais novas identidades híbridas vão se formando e buscando reconhecimento.

Considerando o Brasil como uma sociedade na qual predomina a desigualdade econômica, a dificuldade de acesso aos sistemas de saúde pública ou privadas, à educação, ao trabalho digno, lazer e moradia, sendo mulheres afrodescendentes as mais desfavorecidas, podemos levantar a

⁶ OPIRARI, C. *Le Candomblé: Images en Mouvement* São Paulo-Brésil. Paris: l’Harmattan, 2004, p. 14.



questão do reconhecimento da diferença cultural e a desigualdade social, sob a perspectiva teórica de Nancy Fraser (1997), que preconiza o reconhecimento ao lado da redistribuição. *Fraser* teoriza a busca de reconhecimento considerando as intersecções entre gênero e raça, ou seja, levando em conta suas transversalidades.

A autora expõe as relações entre (des) vantagem econômica e (des) respeito cultural que, seria a única forma de combater as injustiças sociais. Assim, no enfoque dos eixos culturais e socioeconômicos da injustiça, de forma paradigmática, gênero e raça irão questionar em que circunstâncias uma política de reconhecimento pode apoiar uma política de redistribuição.

Em suma, gênero constitui um grupo misto que compreende não só o aspecto econômico da redistribuição, mas igualmente um outro aspecto cultural que o situa como demanda por reconhecimento; (...) (Esses dois aspectos) estão imbricados de tal maneira que se reforçam dialeticamente na medida em que as normas sexistas e androcêntricas são institucionalizadas no Estado e na economia, e a vulnerabilidade econômica em que se encontram essas mulheres restringem suas possibilidades de fazerem ouvir suas vozes, o que dificulta a participação igualitária na produção da cultura, na esfera pública e na vida quotidiana⁷

A justiça social é conceituada com dois parâmetros: a primeira sócio-econômica e a segunda cultural ou simbólica. As questões estão imbricadas tanto na estrutura sócio-econômica da sociedade, como nos sistemas sociais de representação. O remédio para desigualdades econômicas seria a “redistribuição” com reestruturações de ordem política e econômica; já para as injustiças culturais a solução seria o “reconhecimento”, valorizando a especificidade de um grupo. (Valorização da especificidade de um grupo).

Neste trabalho que evidencia as desigualdades de gênero e raça, deve-se considerar que as duas categorias necessitam de redistribuição e reconhecimento. Gênero sofre dois tipos de injustiça, uma de dimensão político-econômica pela divisão do trabalho “reprodutivo”, “produtivo” e doméstico, onde o sexismo cultural representa de forma desvalorizada as atividades ditas “femininas” e o androcentrismo que as inferiorizam.

O dilema colocado pela autora é que a necessidade de reconhecimento e redistribuição aponta para uma contradição. Não se poderia eliminar concomitantemente a diferença de gênero, valorizando sua especificidade. O mesmo tipo de lógica se aplica à “raça”. Se as afro-descendentes são as mais desfavorecidas nos indicadores sócio-econômicos, legado do colonialismo e da escravidão sofre, portanto uma injustiça, mas também são vítimas do racismo cultural com todas as suas estereótipos provenientes do eurocentrismo, o que demandaria reconhecimento. Desta forma volta-se ao mesmo dilema de gênero, como seria possível eliminar a diferença de “raça”, valorizando a especificidade do grupo?

⁷ FRASER, N.; *From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a “Postsocialist”*. In: Justice Interruptus. Chapter 1. New York: Routledge, 1997.



Ambos os grupos, cada um com sua especificidade englobam demandas tanto nas dimensões político-econômicas como nas cultural-valorativas, logo necessitam de redistribuição e reconhecimento.

Com o objetivo de propor uma solução, duas abordagens são apontadas para remediar as injustiças de reconhecimento e redistribuição: “afirmação” e “transformação” respectivamente. Na *afirmação* visam à correção de resultados, indesejáveis de arranjos sociais, sem alterar o arcabouço que os produz. Na *transformação*: demandam orientação de resultados indesejáveis pela reestruturação do arcabouço genérico que os produz.

Os remédios afirmativos na redistribuição não afetam o nível profundo do qual a economia é definida por gênero, criam o estigma da mulher em desvantagem, dessa forma as mulheres passam a ser vistas como privilegiadas trazendo injustiças de reconhecimento. Para o reconhecimento promove a diferenciação existente entre gêneros, reforçando as identidades e afronta o Estado de Bem-Estar liberal que defende a igualdade moral universal das pessoas.

Quanto aos remédios transformativos para redistribuição, promovem a solidariedade, ajudam a rever algumas formas de não reconhecimento e desestabilizam ou negam diferenciações. Para o reconhecimento, desconstruem dicotomias, sustentam um campo de diferenças múltiplas, fluidas e voláteis e desestabilizam diferenciações para permitir reagrupamentos futuros.

Finalmente para gênero, Fraser propõe como estratégia transitória que implica na combinação entre redistribuições transformativas, que consistiria em alguma forma de democracia social feminista, viabilizada a partir de uma igualdade social.

Para o dilema “raça”, a autora propõe a mesma solução, alguma forma de anti-racismo socialista democrático para reparar a injustiça social na economia e reconhecimento transformativo para reparar injustiças sociais na cultura, visando a desestabilização de dicotomias raciais.

Assim tanto para gênero como para “raça”, aqui, tratados separadamente a solução mais adequada para solucionar o dilema redistribuição/reconhecimento seria o socialismo na economia e a desconstrução na cultura. No que se refere às mulheres afro-descendentes, há uma intersecção de inúmeras possibilidades de subordinação e formas de injustiça que se perpassam mutuamente. Há que se pensar formas cruzadas do dilema redistribuição/reconhecimento.⁸

⁸ Este artigo teve por objetivo apontar as desigualdades de gênero e raça no Brasil, suas relações com a diáspora negra dentro de um quadro teórico envolvendo estudos culturais e pós-coloniais, caracterizado por Hall (2006) não como uma ruptura cronológica linear do tipo antes e depois, mas como uma forma de tradução cultural que visa a desconstrução de essencialismos.

Este trabalho integra uma ampla pesquisa sobre Mulheres Migrantes Brasileiras sob a perspectiva de reconhecimento social, dentro do processo de globalização contemporâneo, desenvolvida pelo Laboratório de Imagens e dados do



Bibliografia

- BUTLER, J.; SPIVAK, G. *L'Etat Global*. Paris: Payot, 2007.
- CARNEIRO, S. *Desigualdades Raciais: Fontes de Conflito e Violência Social*. São Paulo: Instituto Ethos, 2006 (Publicação do Instituto Ethos).
- CORNELL, D. & MURPHY, S. *Anti-racism, multiculturalism and the ethics of identification*. In. *Philosophy & Social Criticism: SAGE*, 2002. Vol. 28, nº 4, p. 419-449.
- COSTA, CLAUDIA DE LIMA. *Feminismo Fora do Centro: Entrevista com Ella Shohat*. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001.
- D'AVILA NETO, M.I. *Ecofeminismo: Horizontes Contemporâneos Documenta*. Eicos nº 8 Rio de Janeiro: UFRJ, 1987
- D'AVILA NETO, M.I.; NAZARETH, J. *Globalization and Women's Employment, Peace*. *Review – A journal of social justice*, 2005. Vol 17, n.2/3, p. 215-220.
- DEVREUX, A. *Sociologie contemporaine et re-naturalisation du féminin*. In. GARDEY, D.; LOWY, I. (Org). *Les sciences et la fabrication de féminin et du masculin*. Paris: Archives contemporaines, 2000.
- FANON, F. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Du Seuil, 1952.
- FRASER, N.; *From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a "Postsocialist"*. In: *Justice Interruptus*. Chapter 1. New York: Routledge, 1997.
- GILROY, P. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. London/New York: Verso, 1993.
- HALL, S.; *Pensando a Diáspora: Reflexões Sobre a Terra no Exterior*. In: SOVIK, L. (Org). *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- IANNI, O. *A era da globalismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: < www.ibge.gov.br > Acesso em 10. fev. 2009.
- IPEA. *Radar social*. 2005. Disponível em: < www.ipea.gov.br/Destaques/livroradar.htm > Acesso em: 10 set. 2008.
- MELO, H. P. *A pobreza e as políticas de gênero no Brasil*. Santiago de Chile: Cepal, 2005.
- MISKOLCI, R.; *Teoria Queer e a Questão das Diferenças: ou uma analítica da normalização*. Texto escrito a partir de palestra proferida pelo autor no 16º COLE - Congresso Brasileiro de Leitura. UNICAMP – 2007a. (Mimeo).
- OLINTO, Maria Teresa Anselmo; OLINTO, Beatriz Anselmo. *Raça e desigualdade entre as mulheres: um exemplo no sul do Brasil*. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, Dec.



2000 . Disponível em: < http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000400033&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 26 Mar. 2009. doi: 10.1590/S0102-311X2000000400033.

OPIPARI, C. *Le Candomblé: Images en Mouvement São Paulo-Brésil*. Paris: l'Harmattan, 2004

PNUD; CEDEPLAR. *Atlas racial brasileiro*. 2004. Disponível em: < http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_racial/index.php.> Acesso em: 10 set. 2008.

RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro-Formação e Sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, E.W. *Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SMITH, A. Migrant, Hybridité et Études Littéraires Postcoloniales. In: LAZARUS, N. (Org.). *Penser le Postcolonial*. Paris: Amsterdam, 2006.

SOUZA, F.S. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*. Belo Horizonte : Autêntica, 2005.

TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WOODWARD, K.; Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.